

O PROCESSO DE HEGEMONIZAÇÃO NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES PARA CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

José Alves Dias* - PPG-UFRJ

A expressão “egemonía”, originária do latim para significar a direção suprema dos “egemónes”, ou seja, chefes militares dos exércitos na antigüidade e na modernidade, implicou, inicialmente, segundo Belligni,¹ uma relação interestatal entre potências que oscilava entre a influência e o domínio.

No campo marxista, afirma ele, o conceito se aplica às relações sociais, políticas e institucionais públicas e privadas. Para Lênin, Bukharin e Stalin o termo se aproxima da idéia de domínio, enquanto, para Gramsci ele está associado à idéia de direção, em virtude da qual a classe dominante consegue ser aceita como guia legítimo.

É interessante notar, ainda, que o conceito gramsciano continuou sendo enriquecido a ponto de ser compreendido por Poulantzas² como algo existente no interior de uma determinada classe social “afim de regular as contradições existentes entre as diversas classes e frações de classe que o compõe”. Nesse caso, completa Belligni, “A hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre as demais que compõem o bloco do poder dominante faz com que cada um renuncie aos seus interesses imediatos (...) em benefício do comum interesse político (...).³

Martin Carnoy⁴ chama a atenção para uma outra perspectiva do conceito de hegemonia em Gramsci: a capacidade que determinada fração dirigente tem de deter o poder e articular os interesses dos grupos aliados. Citando Giroux⁵ ele enfatiza que ela não impõe sua própria ideologia ao grupo aliado, mas antes, “representa um processo

* Doutorando pelo PPGHIS da UFRJ e bolsista FAPESB.

politicamente transformativo e pedagógico, pelo qual a classe (fração) dominante articula um princípio hegemônico que combina elementos comuns, extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados”.

Em suma, é possível extrair da imensa contribuição de Antônio Gramsci ao marxismo e ao pensamento político, pelo menos três aspectos diferenciados do conceito de hegemonia: a referência clássica à direção pretendida de uma determinada classe na sociedade civil; a organização no interior de uma determinada classe visando o controle do poder e a articulação de um determinado segmento no interior de uma classe para subordinação dos demais. Interessante perceber, como se verá adiante, que tais aspectos não são excludentes ou conflitantes.

Esse processo de hegemonização no seio das classes dominantes nos ajuda a compreender determinadas conjunturas históricas. A ditadura militar brasileira é, possivelmente, uma delas. Naturalmente que, do ponto de vista epistemológico, o uso de um conceito “*a priori*” pode conduzir a resultados com alcance reduzido ou insatisfatório, como também, apontar as potencialidades várias de sua utilização.

Conscientes que o saber histórico não é linear ou inflexível, como de resto a própria História, podemos lançar mão do instrumental teórico já existente para interpretar os conflitos continuamente observados na sociedade, num tempo histórico definido.

Aliás, a bibliografia sobre a ditadura militar no Brasil, inicialmente memorialística, tem alcançado, nos últimos quarenta anos, uma diversidade interpretativa notável.⁶ O acesso a fontes inéditas ou novas perspectivas sobre aquelas já conhecidas tem possibilitado isso.

No caso em estudo, a utilização de um modelo explicativo marxista não pretende ser uma novidade.⁷ Nem mesmo, a interpretação do pensamento gramsciano pode ser pensada como tal.⁸ Todavia, há uma similaridade indiscutível entre a análise do pensador italiano e a sociedade brasileira, se analisada numa perspectiva superestrutural, tomando como base a luta pelo poder político, numa sociedade de classes.

Partindo desse ponto de vista, a observação de alguns setores sociais brasileiros nos conduz a conclusões interessantes:

Uma parcela considerável da sociedade brasileira desse período constituía a vanguarda anticomunista:⁹ as mulheres católicas conservadoras com suas marchas da família com Deus e pela liberdade, os empresários com o financiamento de campanhas e de grupos armados, os líderes religiosos com o discurso contra o comunismo ateu, os intelectuais orgânicos, etc. Essas e muitas outras parcelas sociais, agregadas em organizações como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) ou o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), compunham ou deram suporte às frações da classe dominante que derrubaram João Goulart e implantaram a ditadura militar no Brasil.¹⁰

Nem sempre os interesses desses diversos segmentos sociais eram os mesmos, mas, em se tratando da campanha contra o comunismo, os interesses convergiam. A família e a fé católica se pretendiam detentoras de uma moral ilibada e a figura da mãe catalisava todo esse ideário. Do mesmo modo, que o capitalismo representava a segurança dos empresários estrangeiros e nacionais. Para esses, o comunismo era uma ameaça. Foge à intenção desse ensaio analisar se essa ameaça era real ou aparente, contudo, é possível perceber nesse universo de representações sobre o comunismo que sua destruição unificava as classes dominantes brasileiras nessa conjuntura.

Para Antônio Gramsci, esse processo deveria ser pensado a partir da superestrutura onde o embate ideológico é essencial.¹¹ Por isso, os jornais, o cinema e os livros didáticos serviram de instrumento de propaganda. Entretanto, a análise da organização interna dessa classe dirigente também pode ser feita com base no pensamento gramsciano. A pretensão de se manter no poder a qualquer custo, em vista do iminente perigo que representava o crescimento do movimento trabalhista atrelado a Goulart, unificou a classe dirigente em torno de um objetivo comum e fez com que renunciassem a seus interesses imediatos.

De outro lado, os militares, além da interação contínua com os civis, gestaram e executaram o golpe de 1964, mantendo-se posteriormente no poder. As ações iniciais para o golpe, não podem ser pensadas à revelia das divergências interna existentes, principalmente, entre as principais correntes das Forças Armadas.¹² Contudo, a formação do “Comando Supremo da Revolução” demonstra não somente a organização hegemônica

visando o controle do poder, como também, a articulação de um determinado segmento para subordinação dos demais. Os embates que continuaram até sua cristalização nos episódios de 1968, quando uma outra facção impôs sua hegemonia, apontam para uma continuidade de um processo absolutamente idêntico.

Na esfera política, vários grupos locais contribuíram para a articulação, a organização e o controle do poder militar. Isso se deu de forma diversa, mas, tornou-se comum manter, preferencialmente, aqueles que haviam sido eleitos para o cargo. Caso os ocupantes do cargo representassem alguma ameaça, eram cassados e para o seu lugar nomeava-se o substituto legal. Nesse caso, pretendeu-se manter a aparência de transição democrática e estabilidade institucional.¹³ Todavia, se não possuíam os atributos necessários para implementar os objetivos golpistas eram sumariamente depostos.

Em todo o caso, houve sempre um setor dominante que estabeleceu uma relação de dependência com os militares. No campo político, a recorrência mais comum nesse período, foi a articulação de um determinado segmento no interior da classe dominante para subordinação dos demais. Isso foi possível porque a ruptura do processo democrático alterou a correlação de forças, desestabilizou alguns e permitiu a ascensão de outros. Essas mudanças forçaram uma tomada de posição que representou uma nova configuração no plano político, embora mantendo características bastante convencionais.

Nos casos apontados, percebe-se com clareza a clássica pretensão dirigente de uma classe na sociedade civil, a tentativa de organização no interior dessa mesma classe visando o controle do poder e, em muitos casos, a articulação de uma determinada fração de classe para subordinação das demais. Torna-se evidente que, apesar da diferença de mais de um século que separam o movimento proletário em Turim, no qual militou Gramsci, e a ditadura militar brasileira, se analisadas sob o foco marxista, as classes dominantes locais mantiveram o mesmo comportamento.

Evidentemente que o período em questão pode e deve ser analisado por outro viés, aliás, como vem sendo feito, ultimamente, por vários(as) estudiosos(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as). É possível, ainda, que esse objeto de estudo seja absolutamente empírico,

sem que seu valor histórico e historiográfico tenha que ser negado. Contudo, revisitar os clássicos e buscar um enfoque da ditadura militar sob esses referenciais, também, pode representar uma relevante contribuição para a compreensão do tema.

¹ In: BOBBIO, Norberto *et. all.* *Dicionário de Política*. 5.^a ed., Brasília: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. pp. 579 e 580

² POULANTZAS, Nicos. *Potere politico e classi sociali*. Editori Riuniti, 1971.

³ Op. cit. pg. 581.

⁴ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 8.^a ed. Campinas: Papyrus, 2003. p. 95.

⁵ GIROUX, Henry A. *Hegemony, Resistance, and Educacional Reform*. In: *Curriculum, and Instruction: alternatives in education*. Berkeley: McCutchan Publishing, 1981.

⁶ O processo que culminou com a ditadura militar brasileira tem sido explicado a partir de diferentes enfoques. Em cada um deles percebe-se uma ou mais formas de ação dos militares visando a sua ascensão ou manutenção no poder. Para um conhecimento aprofundado do assunto ver: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁷ Na bibliografia sobre a ditadura militar brasileira é extensa a lista de obras de cunho econômico, político e cultural com viés marxista. Consultar Fico: 2004, Op cit.

⁸ A extensa bibliografia sobre Gramsci já é suficiente para demonstrar o seu valor.

⁹ Evidentemente, como se pode perceber a partir das várias leituras apontadas, esse processo foi, também, determinado por uma série de outros movimentos e estratégias que envolveram não somente os militares de alta patente e os segmentos políticos locais: a participação de empresários, intelectuais, entidades femininas, católicas, políticas, mecanismos de censura e repressão e um apoio político de origem diversa, também, explicam as razões da ditadura militar no Brasil.

¹⁰ Essa atividade atingiu um nível tal de elaboração a ponto de permitir a interlocução com grupos afins de outros países americanos como mostra Margareth Power em seu estudo denominado *The transnational Impact of the 1964 Coup in Brazil: Conservative Woman in Chile, 1964 to 1973*. Mimeo. s/d.

¹¹ Para estudar o tema, esse foi o tratamento dado por: DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe. 5.^a Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

¹² Sobre as crises militares na ditadura ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1961 – 1969)*. São Paulo: Edufscar, 1995.

¹³ A busca de legitimidade, neste caso, está bastante associada a ação dos envolvidos no golpe de 1964 e no processo de consolidação da ditadura militar no Brasil. A censura, aplicada de forma diversa, representou a outra face desse mesmo objetivo: impedir a livre circulação das idéias e das notícias implicava, necessariamente, influenciar a opinião da sociedade brasileira sobre a ditadura militar. O uso da força policial e militar, também, tem um caráter legitimador na medida em que impõe à sociedade um aparato repressivo legalmente instituído na fase democrática, embora, em muitos casos, desvirtuando suas funções, agindo ilegalmente ou modificando a própria legislação para tornar essas ações legalizadas.